



RESOLUÇÃO CI/CSA Nº 72, DE 14 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a criação e oferta de disciplina eletiva para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.

O DIRETOR ADJUNTO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, nomeado pela Portaria nº 1370/2025-GRE, de 12 de dezembro de 2025, usando da atribuição que lhe confere o art. 16 do Regulamento do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, aprovado pela Resolução nº 035/2018-COU, de 18 de dezembro de 2018, tendo em vista a deliberação do CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL - CI em sessão de 10 de julho de 2026, e

Considerando os documentos contidos no E-Protocolo nº 21.325.113-9;

SANCIONA a seguinte Resolução:

Art. 1º Aprova a criação da disciplina eletiva “Governança, Accountability e Contabilidade Pública”, para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PCO) - Mestrado, com aprovação da ementa, objetivos, programa, metodologia, critério de avaliação e referências, conforme Plano de Ensino anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Prof. Dr. Antonio Marcos F. dos Santos,
Diretor Adjunto.

CERTIDÃO

Certifico que a presente Resolução foi publicada no site <http://www.csa.uem.br>, no dia 14/7/26.

Certifico, ainda que o prazo recursal termina em 21/7/26, conforme dispõe o § 1º, do art. 95, do Regimento Geral da UEM.

Samarina de Abreu Bonatto,
Secretária do CSA.



ANEXO
FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina:	Governança, Accountability e Contabilidade Pública
Professor:	Profª. Drª. Thaís Alves da Silva
Natureza:	Eletiva
Carga Horária:	60 horas-aula
Créditos:	04
Semestre/Ano	02/2026
Ementa:	Análise crítica dos fundamentos teóricos e normativos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Estudo avançado dos aspectos orçamentários, patrimoniais e fiscais sob a ótica de teorias organizacionais e econômicas. Integração entre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e a geração de informações para o controle da gestão fiscal. Avaliação dos impactos das inovações contábeis e fiscais na transparência, accountability e eficiência da administração pública.
Objetivos:	• Propiciar ao acadêmico a compreensão avançada sobre eventos dependentes e independentes da execução orçamentária. • Analisar criticamente o processo de Planejamento e Execução do Orçamento Governamental sob a ótica das Teorias Organizacionais. • Promover reflexões profundas sobre a importância da geração de informações orçamentárias e patrimoniais para o controle da gestão fiscal e para o exercício da accountability. • Capacitar o mestrando para a investigação científica de temas correlatos à CASP, associando normas técnicas (MCASP/MDF) a teorias organizacionais e econômicas.
Programa:	1. Fundamentos Teóricos e Evolução da CASP 1.1 Evolução e Inovações da CASP 1.2 Regimes e Bases de Mensuração 1.3 Estrutura e Regras de Integridade do PCASP 1.4 Mudança Institucional no processo de Convergência às International Public Sector Accounting Standards (IPSAS). 2. O Ciclo Orçamentário e a Nova Gestão Pública (NGP) 2.1 Planejamento Orçamentário (PPA, LDO e LOA) sob a ótica da Public Choice, Eficiência governamental e Ciclos Políticos. 2.2 Receita Pública - Teoria do Federalismo Fiscal e a dependência de transferências. 2.3 Despesa Pública e Contratações - Teoria dos Custos de Transação na Nova Lei de Licitações.



	3. Mensuração Patrimonial e Transparência 3.1 Ativos, Passivos e Variações Patrimoniais no setor público 3.2 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) 3.3 Teoria da Divulgação (Disclosure), Accountability e Teoria da Legitimidade na evidenciação contábil 4. Gestão Fiscal e Sustentabilidade 4.1 Indicadores, limites e metas fiscais conforme Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) 4.2 Instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal 4.3 Teoria da Agência - Accountability e Controle Social
Metodologia:	A disciplina será desenvolvida por meio de uma abordagem dialógica e investigativa, estruturada em quatro pilares fundamentais: • Exposições Teórico-Conceituais: Nas aulas iniciais e na abertura de cada módulo, a docente apresentará resumidamente os fundamentos das teorias organizacionais e sua intersecção com os aspectos orçamentários, patrimoniais e fiscais da CASP. • Seminários de Aprofundamento: Os temas do conteúdo programático serão apresentados pelos discentes na forma de seminários, focados na transposição da norma técnica (NBCTSP e Legislações) para a análise crítica. • Dinâmica de Leitura Crítica (e Debates): Para cada aula, um artigo científico que aplique conceitos contábeis sob lentes teóricas será previamente enviado à turma. Todos os alunos deverão elaborar questões para debate, fomentando a discussão coletiva ao final de cada aula. • Laboratório de Análise de Dados Governamentais: Atividades práticas voltadas à extração e tratamento de dados reais (via Siconfi, portais de transparência, bases do Tesouro Nacional, Tribunais de Contas, entre outras). O objetivo é capacitar o aluno na manipulação de indicadores orçamentários e fiscais para fins de pesquisa científica. Estes dados deverão ser utilizados para elaboração do Artigo Final da disciplina que deverá ter como base uma das teorias abordadas ao longo do semestre.



Critério de Avaliação:	Desempenho em Seminários (30%): Qualidade da exposição técnica e capacidade de liderar as discussões sobre os temas orçamentários e patrimoniais. Participação e Questões de Discussão (20%): Avaliação da entrega semanal de reflexões escritas sobre a bibliografia científica sugerida, e participação em discussões em sala de aula. Artigo Científico Final (50%): Produção de um artigo original que utilize a base de dados do laboratório da disciplina. O trabalho deve aplicar obrigatoriamente uma das teorias organizacionais discutidas para analisar fenômenos da gestão contábil ou fiscal pública.
Referências	Alonso, R. P., Santos, A. C. F. V. D. M., & Cremonezi, A. C. (2025). A reforma tributária promovida pela EC 132/2023 e o federalismo fiscal: dificuldades ilustradas a partir da agricultura familiar. <i>REI - Revista Estudos Institucionais</i>, 11(1), 349–374. https://doi.org/10.21783/rei.v11i1.816 Ashworth, R., Boyne, G., & Delbridge, R. (2009). Escape from the iron cage? Organizational change and isomorphic pressures in the public sector. <i>Journal of public administration research and theory</i>, 19(1), 165-187. https://doi.org/10.1093/jopart/mum038 Baldissera, J. F., Rovaris, N. R. S., Mello, G. R., & Fiirst, C. (2018). Determinantes da governança eletrônica dos estados brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública. <i>Revista Gestão Organizacional</i>, 10(3). https://doi.org/10.22277/rgo.v10i3.3949 Beuren, I. M., & Söthe, A. (2009). A teoria da legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da região sudeste do Brasil. <i>Revista de Contabilidade e Organizações</i>, 3(5), 98–120. https://doi.org/10.11606/rco.v3i5.34734 Beuren, I. M., Gubiani, C. A., & Soares, M. (2013). Estratégias de legitimidade de Suchman evidenciadas nos relatórios da administração de empresas públicas do setor elétrico. <i>Revista de Administração Pública</i>, 47(4), 849–875. https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000400003 Bilyastuti, M. P. (2024). Public Service Innovation in The Perspective of Public Choice Theory. In <i>Proceedings of International Conference of Graduate School on Sustainability</i> (Vol. 9, pp. 82-88).



- Borges, T. B., Mario, P. C., & Carneiro, R. (2013). A implementação do sistema de custos proposto pelo governo federal: Uma análise sob a ótica institucional. *Revista de Administração Pública*, 47(2), 469–491. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000200009>
- Buchanan, J. M., & Tullock, G. (1965). *The calculus of consent: Logical foundations of constitutional democracy* (Vol. 100). University of Michigan press.
- Castañeda-Rodríguez, V. M., & Leon-Silva, J. M. (2024). Transparência e seus drivers. Um estudo baseado na experiência colombiana (2012-2016). *Revista de Administração Pública*, 58, e2023-0027. <https://doi.org/10.1590/0034-761220230027>
- Conselho Federal de Contabilidade. (2026). *NBC TSP – Do setor público*. <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>
- Conselho Federal de Contabilidade. (2016). *NBC TSP Estrutura Conceitual: Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público*. <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- D Olanda Ferrando, M., & Do Nascimento Lock, F. (2023). Dimensões dos custos de transação em licitações: o caso dos pregões eletrônicos para aquisição de medicamentos de um hospital público. *Cadernos De Ciências Sociais Aplicadas*, 20(36), 32–52. <https://doi.org/10.22481/ccsa.v20i36.12771>
- Dantas Junior, A. F., Diniz, J. A., & de Lima, S. C. (2020). A influência do federalismo fiscal sobre o estresse fiscal dos municípios brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 1(3), 062–078. <https://doi.org/10.14392/ASAA.2019120304>
- Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. (1967). Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (2005). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *RAE - Revista De Administracao De Empresas*, 45(2), 74–89. <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/37123>



- Ferreira, F., & Souza, A. A. (2020). Custos De Transação Em Licitações: Análise da eficiência do processo de compra de medicamentos por organizações públicas. *Cadernos De Finanças Públicas*, 20(02).
<https://doi.org/10.55532/1806-8944.2020.68>
- Ffirst, C., Baldissera, J. F., Martins, E. B., & Nascimento, S. A. A. (2018). A Influência dos Índices Socioeconômicos e Contábeis no nível de Transparência Eletrônica dos Estados Brasileiros sob a ótica da Teoria da Escolha Pública. *Administração Pública E Gestão Social*, 10(4), 272–281.
<https://doi.org/10.21118/apgs.v10i4.5707>
- Ffirst, C., dos Santos, A. C., Junior, M. M. R., & da Silva Zonatto, V. C. (2019). Características políticas e desempenho financeiro público sob a luz da teoria dos ciclos políticos. *Contextus—Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 17(1), 127-144. <http://dx.doi.org/10.19094/contextus.v17i1.33608>
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (2019). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. In *Corporate governance* (pp. 77-132). Gower.
- Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000. (2000). Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10028.htm
- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (2021). Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. (1964). Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm
- Martins, V. A., Junior, J. J., & Enciso, L. F. (2018). Conflitos de agência, Governança Corporativa e o serviço público brasileiro: um ensaio teórico. *RGC-Revista de Governança Corporativa*, 5(1). <https://doi.org/10.21434/lberoamericanJCG.v5i1.25>



- Medina, S. A., Ferreira, M. A. M., Pinto, T. R. G. S., & Santos, I. A. (2023). Alocação das emendas parlamentares individuais: Correção de assimetria em saúde ou ganho político? *REAd. Revista Eletrônica de Administração*, 29(1), 98–125. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.374.124848>
- Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. *The review of economic studies*, 42(2), 169-190. <https://doi.org/10.2307/2296528>
- Oates, W. E. (1972). *Fiscal Federalism*, Harcourt Brace Jovanovich. New York, 35.
- Oliveira, C. B. D., & Fontes Filho, J. R. (2017). Problemas de agência no setor público: o papel dos intermediadores da relação entre poder central e unidades executoras. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 596-615. <https://doi.org/10.1590/0034-7612171397>
- Oliveira, K. V. de, & Carvalho, F. A. A. de. (2009). A contabilidade governamental e o calendário eleitoral: uma análise empírica sobre um painel de municípios do Rio de Janeiro no período 1998 - 2006 . *Revista De Contabilidade E Organizações*, 3(5), 121-141. <https://doi.org/10.11606/rco.v3i5.34735>
- Santos, D. D. T., & Gonçalves, A. O. (2025). New Public Management, teoria institucional e as mudanças na contabilidade pública: Um ensaio teórico. *Revista Ambiente Contábil*, 17(1), 310–329. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2025v17n1ID33727>
- Secretaria do Tesouro Nacional. (2023). *Manual de contabilidade aplicada ao setor público: MCASP* (11ª ed.). Ministério da Fazenda. <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2024/26>
- Secretaria do Tesouro Nacional. (2025). *Manual de demonstrativos fiscais: MDF* (15ª ed.). Ministério da Fazenda. <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/cosis/manuais/mdf>
- Silva, G. C. M. da, Silva, M. C. da, Oliveira, E. J. de, & Vieira, L. M. E. da R. (2025). Análises do Balanço Patrimonial (2021/2022/2023) da cidade de Natal – RN com suporte da Teoria da Divulgação. *REVISTA DELOS*, 18(63), e3508. <https://doi.org/10.55905/rdelosv18.n63-028>
- Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of management review*, 20(3), 571-610. <https://doi.org/10.5465/amr.1995.9508080331>



	Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. <i>Journal of accounting and economics</i>, 32(1-3), 97-180. https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8 Williamson, O. E. (1979). 'Transaction-cost economics: The governance of contractual relations', <i>Journal of Law and Economics</i>, 22, pp. 233–261. https://www.jstor.org/stable/725118
--	---

